

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.312 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2001

VEJA NESTA EDIÇÃO



CE também aprovou inclusão de Informática nos currículos

• FUNDO

CE acolhe criação de programa para alimentar gestantes e crianças carentes

PÁGINA 11

• CLT

Plenário aprova quatro mudanças em benefícios previstos pela legislação trabalhista

PÁGINA 3

• SECA

Comissão de senadores acompanha medidas para reduzir prejuízos no Nordeste

PÁGINA 12

• EMPREGO

CAS examina proibição de catracas eletrônicas em ônibus urbanos

PÁGINA 2



Projeto busca evitar dispensa de cobradores de ônibus

Pedro Parente diz no Senado que é possível evitar apagão



José Jorge, que também participou de audiência pública sobre a crise de energia, previu que o setor terá mais recursos para investir

PÁGINAS 8 A 10



As estatais de energia devem continuar com o governo, afirmou ontem na CAE o empresário Antonio Ermúrio de Moraes.

PÁGINA 10



José Jorge e Pedro Parente foram ouvidos em reunião conjunta da CI e da comissão mista sobre a crise energética

BC revela que ex-funcionário era grande investidor no FonteCindam

Armínio Fraga e Tereza Grossi explicaram à CAE e à CFC socorro dado ao Marka e ao FonteCindam em 1999.

PÁGINAS 6 E 7



O presidente e a diretora de Fiscalização do BC voltaram a justificar a ajuda a bancos

CAS examina proibição de catraca eletrônica em ônibus

Comissão também analisa projeto do senador Lúcio Alcântara que visa à prevenção da LER (Lesão por Esforço Repetitivo)

Em caráter terminativo, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje projeto de lei do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a instalação de catraca eletrônica nos ônibus urbanos. A medida, segundo o senador, que é empresário do setor, tem como objetivo evitar o desemprego. O relator da matéria, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), recomenda a aprovação da proposta que, caso aprovada pela comissão, pode ser enviada diretamente para a apreciação da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação do projeto pelo Plenário do Senado. A reunião está marcada para as 9h.

A comissão analisa ainda, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que introduz o reconhecimento das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou Doenças Osteomusculares Rela-



Valmir Amaral argumenta que seu projeto proibindo novo tipo de catraca nos ônibus urbanos objetiva evitar o desemprego de cobradores

cionadas ao Trabalho (Dort) e a necessidade de sua prevenção na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto, que tem relatório favorável de Quintanilha, prevê ainda a criação de um sistema especial de vigilância epidemiológica destinado a esse tipo de doença.

Com relatório favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a comissão também aprecia projeto de lei do senador Sérgio Machado

(PSDB-CE) que determina a gratuidade de emissão de extratos de contas referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAS tem outros nove itens na sua pauta, como o projeto de lei que limita o uso de bromato de potássio na farinha e outros produtos utilizados pelas padarias. O relatório do senador Lúcio Alcântara é favorável à matéria, que já foi aprovada pelos deputados.

CPI das ONGs faz hoje reunião administrativa

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as denúncias de possíveis irregularidades cometidas por organizações não-governamentais (ONGs) realizará hoje reunião administrativa, após a ordem do dia, para deliberar sobre as questões apresentadas pela relatora dos trabalhos, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Marluce Pinto pretende submeter à votação dos membros da comissão uma proposta de metodologia de trabalho que implica conhecer em profundidade o tema sobre o qual os parlamentares irão se debruçar.

Comissão promove audiência sobre TV comunitária no país

O projeto de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que modifica a lei do Serviço de Radiodifusão Comunitária, para permitir que esse serviço seja prestado também por televisão, será debatido hoje, a partir das 10h, em audiência pública da Comissão de Educação.

Foram convidados o secretário de Serviço de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Paulo Roberto Menicucci; o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA); o superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente; a diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações,

Liliana Nakonechny, e Alexandre Jobin, consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

A audiência pública foi convocada por requerimento dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS). Os dois pretendem que a reunião sirva para aprofundar o debate sobre a programação das emissoras de TV e o sistema de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

AUTORIZAÇÃO

Reunida ontem, a Comissão de Educação aprovou 18 atos que autorizam a exploração de serviços de radiodifusão sonora, beneficiando emissoras de vários estados.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

12h15 – Recebe Emílio Carrazzi, presidente da Caixa Econômica Federal
12h30 – Recebe Vilela da Costa, presidente da Fenaj
18h – Recebe o senador Lúcio Alcântara

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território federal de Rondônia; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia do presidente da República, dos governadores de estado e do Distrito Federal e dos prefeitos aos respectivos mandatos para que possam concorrer à reeleição; Mensagem nº 252/00, submete à deliberação do Senado a escolha de Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Jamaica; Mensagem nº 89/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Rubem Amaral Júnior para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Iugoslávia; Parecer nº 478/01 (sobre a Mensagem nº 121/01), submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luís Carlos Wanderley Lima para a recondução, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outras matérias, Aviso nº 138/00, encaminhando ao Senado cópia da Decisão nº 570/00, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de reforma de reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido; PLC nº 3/01, altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; PLS nºs 526 e 538, de 1999, alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 248/00, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) para promover o reconhecimento e a prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares relacionadas ao Trabalho (LER/Dort), e a assistência e reabilitação aos trabalhadores afetados; e PLS nº 8/01, proíbe a utilização de catraca eletrônica em ônibus urbanos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 575/99, que altera a Lei nº 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Convidados: Paulo Roberto Menicucci, secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações; deputado Walter Pinheiro, líder do PT; Jarbas José Valente, superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Liliana Nakonechny, diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET); e Alexandre Jobin, consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outras matérias, Mensagem nº 125/01, submete à apreciação do Senado a escolha de Paulo Geraldo de Oliveira para compor o Superior Tribunal de Justiça; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; e Requerimentos nºs 234/01, do senador Bello Parga, solicitando ao Ministério da Fazenda esclarecimentos sobre as investigações de Eduardo Jorge e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; nº 235/01, solicitando ao Ministério da Fazenda, por meio do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes de rastreamento realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Após a ordem do dia – CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

18h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Ofício nº 34/99, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com posição do primeiro semestre de 1999; Aviso nº 188/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 229/00, bem como dos respectivos relatórios de levantamento de auditoria e voto que a fundamentam, realizada nas obras sujeitas a receber recursos orçamentários contemplados no Programa de Trabalho, denominado Término das Obras dos Hospitais Estaduais em São Paulo; Aviso nº 129/00, encaminha ao Senado cópia do Acórdão nº 326/00, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cidreira (RS), com vistas a verificar a gestão dos recursos federais transferidos à mencionada prefeitura; Diversos nº 54/97, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 639/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre a fixação dos coeficientes a serem utilizados no cálculo para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Uma vida dividida*, de Fernando Camargo. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Acolhido voto de pesar pela morte de Wilson Campos

O Plenário aprovou ontem requerimento do presidente Jader Barbalho manifestando pesar pela morte do ex-senador e ex-deputado Wilson Queiroz Campos, pai do senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado. Campos morreu ontem, no Recife, de ataque cardíaco.

Falaram 25 senadores, todos enaltecendo a figura do político pernambucano. Maguito Vilela (GO), presidente do PMDB, afirmou que Wilson Campos "honrou e dignificou Pernambuco e a classe política". E sugeriu que uma comissão representasse o Senado no sepultamento. Jader Barbalho nomeou o próprio Carlos Wilson e os outros dois senadores de Pernambuco — Roberto Freire (PPS) e José Coelho (PFL) — para compor a comissão.

Roberto Freire destacou a "figura humana de grandes qualidades" que via em Wilson Campos. José Agripino (PFL-RN) observou que se tratava de "um solidário nordestino por excelência".

Freitas Neto (PFL-PI) salientou que Wilson Campos lutou pelo



O ex-senador Wilson Campos faleceu ontem

Nordeste no Congresso. Pedro Piva (PSDB-SP) afirmou que o ex-deputado era conhecido no Parlamento como "o bom companheiro". Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou que a formação de economista ajudou Carlos Wilson a se destacar como empresário e político que entendia de assuntos econômicos.

Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que ele e Wilson Campos foram colegas de Congresso em 1968. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou tê-lo conhecido quando seu pai foi senador.

Lamentaram ainda a morte de Wilson Campos os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), José Eduardo Dutra (PT-SE), Amir Lando (PMDB-RO), Roberto Requião (PMDB-PR), Ney Suassuna (PMDB-PB), Lindberg Cury (PFL-DF), Nova da Costa (PMDB-AP), Luiz Otávio (sem partido-PA), Marina Silva (PT-AC), Tião Viana (PT-AC), Romeu Tuma (PFL-SP), Geraldo Melo (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Nabor Júnior (PMDB-AC), Romero Jucá (PSDB-RR) e Bello Parga (PFL-MA).

Uma vida dedicada à política

Com 77 anos completados em fevereiro passado, Wilson Campos dedicou sua vida à representação político-partidária e ao exercício de vários cargos de direção em órgãos patronais de comércio, como a Federação de Comércio de Pernambuco e a Confederação Nacional de Comércio.

O primeiro mandato político exercido por ele foi o de senador, de 1971 a 1979, pela Arena. Anteriormente, desde a primeira redemocratização do regime, em 1945, até 1962, fora filiado à UDN.

Com a extinção do bipartidarismo e a segunda redemocratização ocorrida na história republicana do país, Wilson Campos elegeu-se deputado estadual pelo PMDB (1983-1987), partido pelo qual integrou a bancada pernambucana federal por duas vezes (de 1987 a 1995) e participou da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Revisor.

No último mandato, de 1995 a 1999, também como deputado federal, Wilson Campos era filiado ao PSDB, partido a que se integrou em 1994.

Condolências serão enviadas a família de ex-prefeito capixaba

O Senado aprovou requerimento de pesar da bancada do Espírito Santo pelo falecimento, no último domingo, do ex-prefeito de Aracruz Primo Bitti, vítima de acidente automobilístico. Com a decisão, serão enviadas condolências à família e à prefeitura de Aracruz.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Paulo Hartung

(PPS-ES) enfatizou a importância de Primo Bitti para a região do norte do Espírito Santo. Bitti foi prefeito de Aracruz cinco vezes, tendo se destacado, segundo Hartung, como político honrado e de espírito combativo. O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que o exemplo de conduta ética o fez admirado por políticos de todos os matizes.

Plenário aprova mudanças na legislação trabalhista

O objetivo do projeto, que vai agora à sanção, é propiciar a concessão de benefícios sem que haja aumento dos custos da contratação

Com o propósito de inserir na legislação decisões tomadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e propiciar a concessão de benefícios, sem aumentar os custos da contratação de trabalhadores, o Senado aprovou ontem quatro mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De iniciativa do governo, o projeto agora vai à sanção.

A primeira alteração determina que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário gasto pelo trabalhador para registrar o ponto. O objetivo da mudança é acabar com os conflitos que chegam à Justiça do Trabalho em razão da discussão sobre os minutos gastos no registro do ponto pelos empregados. A CLT deixará claro que esse período não constitui jornada de trabalho.



Para Moreira Mendes, relator, medidas garantirão ao trabalhador novos benefícios

Ficou decidido também que o tempo usado pelo empregado para se deslocar até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada. A

excessão será quando, sendo o local de difícil acesso, o empregador fornecer a condução.

O Plenário deliberou ainda que os benefícios concedidos pelo empregador, como educação, transporte, assistência médica, seguro de vida e previdência privada, não poderão integrar o salário. Também foi decidido que os livros de registro de empregados não mais precisam ser autenticados pela Delegacia Regional do Trabalho, recurso considerado ultrapassado devido aos mecanismos de controle hoje existentes.

Relator da matéria, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que a aprovação das mudanças estimulará o empregador a conceder benefícios aos seus empregados. Sobre esses benefícios, afirmou, não incidirão encargos sociais.

Banco do Nordeste terá US\$ 150 mi do BID

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem mensagem do presidente da República solicitando autorização para o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contrair empréstimo de US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento parcial do Programa de Expansão de Mer-

cados para Pequenas e Médias Empresas. A matéria foi imediatamente promulgada.

Na justificativa do pedido, o Executivo afirma que a Secretaria do Tesouro Nacional analisou os balanços do Banco do Nordeste e considerou satisfatória a situação econômico-financeira da instituição. Constatou também

não haver débitos pendentes de regularização em nome do BNB junto à União.

O contrato obriga a uma contrapartida interna equivalente a US\$ 150 milhões. O programa prevê, portanto, aplicação total de US\$ 300 milhões em benefício das pequenas e médias empresas do Nordeste.

Senado garante US\$ 130 mi para o Distrito Federal

O Senado autorizou o governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia do Brasil, operação de crédito no valor de até US\$ 130 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal. Em seguida à aprovação, o presidente do Senado, Jader Barbalho, promulgou a resolução.

A votação da matéria foi antecedida da manifestação de cinco senadores, todos favoráveis à concessão do empréstimo e otimistas quanto aos benefícios que o programa de saneamento trará para a população das cidades do Distrito Federal. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que o empréstimo representa um antigo



Para Lindberg Cury, população de baixa renda será a principal beneficiada

pleito da população e terá um enorme alcance social, principalmente nas cidades de Sobradinho e Planaltina.

O relator da matéria, Casildo Maldaner (PMDB-SC), disse estar honrado por apresentar parecer favorável ao empréstimo, sobretudo por destinar-se o dinheiro a obras que melhorarão a qualidade de vida da população de baixa renda. Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Tião Viana (PT-AC) também se manifestaram em favor da iniciativa.

Em sua mensagem ao Senado, o Executivo afirmou que a operação está prevista no Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal, que teria capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos decorrentes do empréstimo. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que o Distrito Federal não tem débitos pendentes de regularização.

Reforma política volta à pauta da CCJ

Proposta de emenda à Constituição do senador Maguito Vilela reduz de oito para quatro anos mandato de senador. Parecer do senador Francelino Pereira é contrário

A reforma política volta à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, a partir das 10h, o colegiado se reúne para apreciar proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz o mandato de senador de oito para quatro anos. A matéria também altera de 35 para 28 anos a idade mínima para candidatos aos cargos de presidente e vice-presidente da República, e senador. O parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), é contrário à proposta.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) elaborou parecer favorável a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) modificando as regras da propaganda eleitoral para os candidatos aos cargos de vice-presidente da República, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador. A

proposta será votada em decisão terminativa pela CCJ.

A CCJ também deve votar projetos dos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Maguito Vilela que dispõem sobre a concessão de empréstimo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. Em seu parecer, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) opinou pela aprovação da proposta de Saturnino, que restringe o benefício a empresas estrangeiras que pretendam instalar novas unidades ou ampliar empreendimentos já implantados no país. Essas duas matérias serão submetidas posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo.

Dos 22 itens incluídos na pauta



Maguito também quer reduzir para 28 anos idade mínima para candidato à Presidência e ao Senado



Lúcio Alcântara é autor de projeto alterando regras da propaganda eleitoral

da CCJ, 13 serão apreciados em caráter terminativo. Estão entre eles quatro projetos tramitando em conjunto, de autoria dos senadores Maguito Vilela e Álvaro Dias (PSDB-PR), e do então senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que tratam da indisponibilidade dos bens de fami-

liares e vítimas de seqüestro e extorsão e do aumento da pena para esses crimes. Todos receberam pareceres contrários dos relatores, senadores Roberto Requião (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP), por conterem vícios de constitucionalidade.

Maguito Vilela quer ampla mudança na Lei Eleitoral

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também é autor de proposta de uma ampla reforma na Lei Eleitoral. O projeto altera os critérios para realização de coligações, o prazo de domicílio eleitoral e o número de candidatos por partido, além de amenizar as restrições da campanha eleitoral. A matéria está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Maguito entende que as alterações propostas "vão ao encontro do interesse de ambas as partes do

processo eleitoral — eleitores e candidatos —, mormente para quem pretende apresentar-se como candidato e encontra na legislação eleitoral empecilhos ao exercício de seu direito de ser votado".

COLIGAÇÕES

No caso das coligações, por exemplo, o projeto admite essa possibilidade apenas para eleições majoritárias (prefeito, senador, governador, presidente). Nas eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e distritais, e vereadores) as coligações ficarão proibidas.

Os prazos de domicílio eleitoral e de filiação partidária dos candidatos sobem, de acordo com a proposta, de um para quatro anos, exceto nos casos de candidatos com menos de 22 anos (para eles, haveria o mínimo de um ano). As vagas nas listas de candidatos às eleições proporcionais dobrariam dos atuais 150% para o triplo das vagas a preencher, enquanto o número mínimo de vagas garantidas às candidaturas femininas subiria de 30% para 40%.

Pela proposta de Maguito Vile-

la, manifestações de postulantes a qualquer candidatura, por meio da imprensa ou em reuniões públicas, "ainda que expresse sua intenção de candidatar-se", seriam excluídas do "caráter de propaganda eleitoral extemporânea".

O projeto admite a cessão ou uso, por candidato, partido político ou coligação, de móveis ou imóveis pertencentes à administração pública direta ou indireta para atos públicos, como comícios ou reuniões. Hoje, essa possibilidade existe apenas para a realização de convenções partidárias.

Senado vota PEC que exige renúncia para reeleição de governantes

O Senado vota hoje duas propostas de emenda constitucional que, se aprovadas, seguem para a deliberação da Câmara. A primeira impõe a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. A outra transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal.

De autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), a proposta que obriga a renúncia dos governantes foi inspirada na preocupação com o uso da máquina administrativa pelos que desejam disputar a reeleição.

Nas últimas eleições para cargos executivos, só deixaram o cargo para fazer a campanha eleitoral os governantes que assim o desejaram.

Com essa emenda constitucional, Nabor disse que deseja contribuir para o aprimoramento do sistema eleitoral, dotando o instituto máximo da democracia de maior lisura e transparência. Ele disse que apenas quer desincompatibilizar os chefes do Executivo que quiserem se reeleger, tirando-os da condição privilegiada em que se encontram.

A proposta que contempla os policiais militares de Rondônia é do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e tenta resgatar para esses agentes os

direitos que a Constituição concedeu aos policiais dos ex-territórios do Amapá e de Roraima. Para o senador, essa iniciativa homenageia o princípio constitucional da isonomia, segundo o qual deve-se tratar igualmente aqueles que se encontram em igual situação jurídica.

Na mesma sessão, o Senado delibera sobre mensagens do presidente da República designando Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso para a função de embaixador do Brasil na Jamaica; Rubem Amaral Júnior, para embaixador do Brasil na Iugoslávia; e Luis Carlos Wanderley Lima para a recondução, por três anos, ao



Nabor disse que deseja contribuir para o aprimoramento do sistema eleitoral

cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O Plenário delibera também sobre o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado em 1999 entre o Brasil e a Bolívia; e sobre o Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e o Peru, também em 1999.

Comissão de Orçamento examina contas

A Comissão Mista de Orçamento marcou para amanhã, às 9h, a votação da prestação de contas do Executivo sobre o cumprimento das metas fiscais do ano passado. Encarregado pela comissão de apresentar um relatório sobre o assunto, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) observa que o governo só cumpriu a meta de superávit primário porque as estatais deixaram de aplicar R\$ 10,2 bilhões previstos no Orçamento. Conforme os dados do Ministério da Fazenda, o governo fechou o ano 2000 com uma sobra de dinheiro de R\$ 30,6 bilhões, sem contar os gastos com juros (que somaram cerca de R\$ 45 bilhões, de forma líquida).

Na mesma reunião, a Comissão de Orçamento apreciará relatório sobre o cumprimento de metas fiscais do terceiro trimestre, também a cargo do senador Moreira Mendes. Estarão ainda em votação esclarecimentos sobre obras de duplicação de trechos rodoviários da BR-116, na divisa de São Paulo com o Paraná, nas quais foram encontradas irregularidades. O deputado Almir Sá (PPB-RR) afirma em seu relatório que os problemas foram resolvidos e a obra já pode receber verbas federais.

CFC analisa auditorias em diversos órgãos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realiza hoje reunião extraordinária, às 18h, para examinar avisos de decisões adotadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Da pauta constam também relatórios de auditorias realizadas na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, em Sergipe; na Prefeitura Municipal de Cidreira, no Rio Grande do Sul; e na Administração Regional do Rio de Janeiro do Serviço Social do Comércio (Sesc); o exame das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; a decisão que fixa os coeficientes a serem utilizados no cálculo para a distribuição dos recursos dos fundos de participação dos estados e municípios, e o relatório de levantamento de auditoria realizada nas obras sujeitas a receber recursos do programa Término das Obras dos Hospitais Estaduais em São Paulo.

Todos os itens da pauta têm recomendação de arquivamento apresentada pelos relatores.

Requião sugere que Jaime Lerner renuncie ao governo do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem em Plenário que o governador Jaime Lerner, do Paraná, renuncie ao cargo para receber tratamento psiquiátrico. Na opinião de Requião, Lerner só pode ter "enlouquecido" ao pedir a cassação do mandato de deputados que se posicionaram contra a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel).

— O Ministério da Justiça e o Congresso Nacional deveriam se manifestar, propondo intervenção e retirada do poder do governador enlouquecido — disse.

De acordo com Requião, foi apreendido no estado um jornal contra a privatização da Copel editado por



Roberto Requião: Congresso deveria se manifestar

um fórum multipartidário integrado pelo PMDB, PT e PSDB, entre outros partidos. Deputados foram conversar com o delegado responsável pela apreensão e em seguida o jornal foi liberado, informou.

— O governador removeu o delegado e o intimou judicialmente para dizer que foi constrangido pelos deputados. O governador pretende que esses deputados percam o mandato por isso — disse Requião.

O senador afirmou que o governador ameaçou com cassação de deputados que votarem favoravelmente a projeto que o fórum contra a venda da Copel pretende entregar dia 11 à Assembléia Legislativa do Paraná. O projeto proíbe a venda da empresa.

Amir Lando critica ação do MP na Assembléia de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou contra a ação promovida na última sexta-feira pelo Ministério Público (MP) de Rondônia contra a Assembléia Legislativa. Com o pretexto de reunir provas de malversação de verbas públicas, disse o senador, o MP arrombou as portas da Casa legislativa, apreendendo computadores e arquivos.

— Estamos diante de uma mancha de arbítrio que o próprio MP precisa investigar internamente, para punir os responsáveis.

Lando explicou que a assembléia goza de autonomia administrativa e jurídica, sendo o Tribu-



Para Amir Lando, houve arbítrio

nal de Justiça o único órgão competente para conceder liminar contra a instituição legislativa. Ele lembrou que o MP trabalha com leis, não podendo, portanto, ignorar que uma liminar concedida por um juiz singular não representa documento hábil para permitir investigações dentro da Assembléia Legislativa ou ações dirigidas contra deputados estaduais.

Segundo Lando, a ordem já foi restabelecida no estado porque o presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia cassou a liminar do juiz e assumiu a iniciativa das investigações.

Bezerra cobra do governo definição de política agrária

O senador lamentou que iniciativas do Executivo priorizem as oligarquias e os banqueiros, repetindo o que ocorria no regime militar

O governo precisa definir uma política agrária para o país, defendeu ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Ele afirmou que há no país apenas "uma política para banqueiros", lamentando que a política econômica atual seja a mesma implementada no regime militar, que prioriza as oligarquias e os banqueiros.

De acordo com o senador, o pequeno produtor não tem pro-



Carlos Bezerra: assentados estão sem crédito

teção alguma, e o governo até agora não conseguiu fazer o mínimo pelos assentados, "que estão sem crédito, orientação técnica e sem condições de sobrevivência". Como resultado, disse Carlos Bezerra, o governo faz um assentamento em um local e, em outro, dez famílias partem para a cidade.

Ao contrário do que acontece atualmente, o senador afirmou

que, quando foi prefeito de Rondonópolis (MT) e governador de Mato Grosso, realizou reforma agrária — "sem a participação do Incra" — cujos assentamentos subsistem até hoje.

— Tristemente, a cada dia que passa a gente vê o país sem saídas — lamentou.

Na opinião de Carlos Bezerra, essa situação advém do fato de o governo "rezar pela cartilha do FMI", enquanto o país se encontra à deriva, "com falta de investimentos em energia, estradas".

Paulo Souto quer ampliar programa para cacauzeiros

O senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu ontem a retomada do programa de recuperação da lavoura cacauzeira na Bahia. Lembrou, no entanto, que, dos 5.100 produtores de cacau, apenas 2.400 tiveram acesso ao financiamento. Os produtores integrados pelo programa — baseado na clonagem de plantas resistentes à praga conhecida como vassoura-de-bruxa — vêm obtendo, disse, resultados animadores.

— Por paradoxal que possa parecer, justamente nesse novo ambiente de expectativas tão promissoras, mais uma vez começaram a falhar as liberações de financiamento, embora dos R\$ 340 milhões iniciais ainda exista um saldo de R\$ 127 milhões. Muitas fazendas que começaram a colher os novos frutos livres da doença estão vendo as novas plantações ameaçadas pela falta de tratamentos decorrentes da interrupção dos financiamentos — revelou o senador.



Paulo Souto: plantações ameaçadas

Geraldo Melo aplaude modernização do turismo

Ao registrar ontem a abertura, em Natal, da 65ª reunião do conselho executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT), com a participação de autoridades e lideranças da indústria turística do mundo inteiro, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destacou o esforço do governo federal em modernizar o setor e apresentar uma melhor imagem do Brasil no exterior.

Entre as iniciativas governamentais que contribuíram para o crescimento da indústria turística brasileira, Geraldo Melo citou a unificação, em um ministério, das atividades esportivas e turísticas. Ele aprovou a decisão de tratar o turismo como uma indústria capaz de contribuir para a geração de emprego e renda no Brasil. A atuação do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e do presidente da Embratur, Caio Luís de Carvalho, foi elogiada pelo senador.



Melo: evento é importante para o país

Eduardo comemora solução pacífica para greve de PMs



Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou sua satisfação diante da "solução sem sangue" que foi possível alcançar em relação à greve armada dos policiais militares do Tocantins. Ele afirmou ter ficado feliz de ter colaborado para o fim do movimento grevista, juntamente com os demais senadores pelo Tocantins, Leomar Quintanilha (PPB) e Carlos Patrocínio (PFL), por delegação do Senado.

Ele ressaltou ter sido decisiva a presença serena de tropas do Exército, juntamente com representantes do Ministério Público e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que negociaram com o governador do Tocantins, Wilson Siqueira Campos. A solução contornou uma situação a seu ver potencialmente explosiva, com policiais militares ocupando um quartel, juntamente com mulheres e crianças.

Antero destaca filme sobre o ecologista e cineasta Sucksdorff

Um cineasta sueco que durante 30 anos lutou pela preservação do Pantanal, depois de abandonar, em 1966, uma brilhante carreira cinematográfica, que incluía prêmios como o Oscar, Palma de Ouro, Urso de Ouro e Leão de Ouro. Isso é parte da vida de Arne Sucksdorff, que inspirou o cineasta brasileiro Fernando Camargo a produzir o filme *Uma Vida Dividida — Um Filme sobre Arne Sucksdorff*, que será projetado hoje no Auditório Petrônio Portella, dentro do projeto Cultura ao Meio-Dia.

A projeção do filme foi elogiada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) como "uma merecida homenagem ao ecologista e cineasta", falecido no último dia 5 de maio, que foi, inclusive, motivo de discurso do parlamentar no Plenário.

Tendo chegado ao Brasil em 1962, Arne Sucksdorff foi um dos mais influentes cineastas do Cinema Novo e trabalhou com Gláuber Rocha.

Lindberg Cury participa de debate na Internet

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) participou na noite de ontem de debate com internautas do portal IG, promovido pelo democracia.com.

Durante uma hora, Lindberg respondeu a perguntas de dezenas de internautas e teve a oportunidade de falar de suas principais propostas para o período de mandato que termina em fevereiro de 2003.

Lindberg defende a reforma tributária. Para Brasília o senador prometeu lutar por um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia até a capital federal. Cury assumiu o mandato semana passada, em substituição a José Roberto Arruda.



Lindberg Cury



CAE/CFC

Em audiência no Senado, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização, Tereza Grossi, voltaram a defender a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. Sem a ajuda, disseram, poderia haver quebra em cadeia de instituições financeiras.

Fraga e Grossi voltam a justificar ajuda a bancos

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização da instituição, Tereza Grossi, reafirmaram, na audiência realizada ontem pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC), que a quebra dos bancos Marka e FonteCindam poderia representar situação de crise sistêmica no sistema financeiro nacional. Justificou-se, assim, afirmaram, a operação de socorro que custou US\$ 1,6 bilhão ao BC em janeiro de 1999.

Tereza Grossi repetiu a versão apresentada à CPI do Sistema Financeiro de que fez contatos junto à Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) para que fosse fornecida carta ao BC confirmando o risco de crise sistêmica.

Em resposta à senadora Heloísa Helena (PT-AL), Tereza Grossi relatou que foi a diretoria do BC que decidiu socorrer os bancos com base na carta da BM&F, que só chegou ao banco um dia depois de tomada a decisão. Ela sugeriu que os senadores ouvissem os diretores do BC à época para saber o porquê da opção por vender dólares ao Marka e ao FonteCindam por preço inferior ao praticado pelo mercado.

— Concordo que o meu depoimento não guarda semelhança com a documentação. Pelo contrário. Talvez as pessoas que deveriam prestar esses esclarecimentos sejam outras. Somente os diretores da época podem esclarecer — afirmou Tereza Grossi, que só assumiu o cargo de diretora após a crise e a demissão do então presidente do BC, Francisco Lopes.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o Judiciário não tenha julgado o caso até o momento, apesar de os documentos não confirmarem os fatos apresentados por Tereza Grossi.

— As atas e documentos mentem fragorosamente. Lopes não tinha nem carta nem parecer para tomar decisão. Essas providências só foram tomadas para fechar o buraco que ele tinha feito. E o pior é que os fatos envolvem a BM&F — afirmou Simon.



Grossi (segunda à esquerda) e Fraga são acompanhados por Suassuna (D) antes da audiência

Bezerra afirma duvidar da seriedade do depoimento e pede para deixar reunião

No início da audiência promovida pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC), durante fala da diretora de Fiscalização do Banco Central (BC), Tereza Grossi, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu licença ao presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para retirar-se da reunião, por “dubidar da seriedade” da depoente. A atitude do senador provocou reação da diretora, que rechaçou qualquer suspeita sobre sua atuação no caso de socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

— Não posso aceitar insinuações so-



Carlos Bezerra pediu licença para retirar-se da audiência, o que irritou Tereza Grossi

bre meu comportamento como funcionária pública. Não vim aqui para me defender de nenhuma acusação. Se há fatos concretos de que agi de forma irregular, que sejam apresentados. Não posso mais aceitar ser acusada de forma leviana pela imprensa e pelos senhores — protestou Tereza Grossi.

Alcântara pediu que a declaração de Carlos Bezerra fosse retirada das notas taquigráficas da reunião. O presidente do BC, Armínio Fraga, lamentou a posição adotada pelo senador, mas afirmou que a diretora teve na reunião oportunidade de afastar o incômodo de estar sendo acusada por algo que não fez.

Para diretora, socorro foi tecnicamente errado

A diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, declarou durante a audiência realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) que a operação de socorro montada em janeiro de 1999 para salvar os bancos Marka e FonteCindam foi tecnicamente errada diante de uma política cambial flutuante, como a que se adotou no país.

Ela disse que, se soubesse que o sistema de bandas cambiais seria substituído pelo de câmbio flutuante, como acabou acontecendo, teria recomendado liquidar as duas instituições, em vez de montar a operação de socorro, que tinha como objetivo zerar o patrimônio líquido dos dois bancos, ao câmbio de R\$ 1,275 por dólar norte-americano. A ajuda acabou gerando um custo de US\$ 1,6 bilhão. Ela acrescentou que não tinha acesso às informações da diretoria do Banco Central à época, por não ser diretora, não tendo conhecimento também de que a política de bandas seria substituída pelo câmbio flutuante.

Ao lado do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a diretora de Fiscalização explicou que não é correto falar-se em prejuízo de US\$ 1,6 bilhão do Banco Central com a operação de socorro aos dois bancos. Para ela, o certo é dizer que o custo da operação foi de US\$ 1,6 bilhão, com um prejuízo para o BC de US\$ 60 milhões, levando-se em conta o ganho obtido (em reais) nas operações com as reservas cambiais do país, pelo Banco Central, após a mudança da política cambial.

Tereza Grossi revelou na reunião que vários inspetores, na época da mudança do câmbio, sugeriram a liquidação extrajudicial dos bancos Marka e FonteCindam. Essa também seria a solução que ela proporia se soubesse que o regime de bandas cambiais seria substituído pelo regime de câmbio flutuante. Mas como ela acreditava que o regime de bandas iria continuar (uma espécie de câmbio fixo, mas flexível), fazia sentido a operação de socorro aos dois bancos, para evitar um risco sistêmico, ou seja, uma quebra em cadeia de várias instituições do sistema financeiro.

— Mas se era para o câmbio flutuar, a própria flutuação encarregar-se-ia de fazer o ajuste — explicou.

A revelação da diretora pode piorar a situação dos ex-dirigentes do Banco Central que tomaram a iniciativa de deflagrar a operação de socorro aos bancos, a não ser que eles provem que também não sabiam, no dia 14 de janeiro de 1999, véspera de adoção da nova política cambial flutuante, para onde iria a nova política. Tecnicamente, o chamado risco sistêmico somente poderia ocorrer, no cenário da época, num regime cambial fixo ou semifixo, como o das bandas. Mas se a opção da nova política era por um câmbio flutuante, o risco sistêmico deixaria de existir.



CAE/CFC

A principal revelação de Armínio Fraga e Tereza Grossi na audiência pública foi a existência de um ex-funcionário do Banco Central entre os grandes investidores do FonteCindam. O nome não foi revelado, mas será encaminhado aos órgãos que investigam o caso.

Testemunha quer manter anonimato, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy afirmou que a pessoa que teria testemunhado a existência de um esquema de chantagem dentro do Banco Central (BC) durante a gestão do economista Francisco Lopes deseja permanecer no anonimato, por considerar que a sua integridade e a de sua família podem ser ameaçadas se seu nome for revelado.

Suplicy esclareceu que a testemunha, que teria lhe confirmado a existência de chantagem no BC, apenas tomou conhecimento dos episódios, mas não teria participado do esquema do qual, segundo a revista *Veja*, faria parte o banqueiro Salvatore Cacciola. O senador lamentou o fato de a Polícia Federal ter anunciado que iria intimá-lo para que revelasse o nome da pessoa e leu trecho da Constituição que lhe garante sigilo da fonte.

O senador levantou a possibilidade de que a BM&F teria assumido a tese da crise sistêmica porque a desvalorização do real representaria lucros para outras instituições financeiras. Suplicy solicitou a Armínio Fraga informações sobre as posições de compra e venda, lucro e patrimônio líquido dos bancos Modal, FonteCindam, Boavista, Pactual e Marka antes e depois da desvalorização. Fraga se comprometeu a entregar a Suplicy os estudos feitos à época para avaliar mudanças de posição no sistema financeiro.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou ao presidente do BC que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ter encomendado a Fraga um estudo sobre a ajuda aos bancos Marka e FonteCindam, antes de assumir oficialmente o BC. Porém, recordou Dutra, Fraga negou à CPI dos Bancos que soubesse qualquer coisa sobre o caso. O presidente do BC negou ter tido acesso a informações sigilosas à época.

Ex-funcionário do Banco Central era grande investidor do FonteCindam

A diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, revelou ontem perante as comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle que um ex-funcionário daquela instituição era, de fato, um dos grandes investidores do banco FonteCindam, um dos favorecidos, ao lado do Marka, da operação de socorro estimada em US\$ 1,6 bilhão em janeiro de 1999, após a mudança da política cambial do país.

A diretora negou-se a revelar publicamente a identidade do ex-funcionário, mas explicou que o nome dele surgiu em recente cruzamento de informações feito pelo BC, cujo resultado será encaminhado aos órgãos que investigam a operação de socorro – Polícia Federal, Ministério



Existência de ex-funcionário entre investidores do FonteCindam foi uma das revelações da audiência

rio Público e Judiciário.

Ela explicou que esse trabalho difere do realizado para a CPI do Sistema Financeiro, que listava todos os aplicadores das instituições beneficiárias da operação de socorro, mas não cruzava essas informações com a listagem dos funcionários da ativa e aposentados do Banco Central. Observou ainda que o ex-funcionário não era o maior quotista dos fundos de investimentos do FonteCindam, mas um dos maiores.

Dirigentes do BC dizem desconhecer chantagem

Na audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização, Tereza Grossi, afirmaram desconhecer a existência de um esquema de chantagem dentro da instituição durante a gestão de Francisco Lopes, conforme denúncia da revista *Veja*.

Ao senador Romero Jucá (PSDB-RR), Grossi disse que nunca foi pressionada ou obrigada a realizar qual-



Tereza Grossi e Armínio Fraga: nem todos os fatos divulgados por *Veja* são falsos

quer tipo de operação. Ela declarou ainda que não tomou conhecimento de que diretores do BC à época estariam temendo algo.

Para Fraga, crise energética é séria, mas economia continua crescendo

Em resposta ao senador Paulo Hartung (PPS-ES), o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, afirmou que a crise energética e a crise na Argentina reverteram a expectativa de crescimento da economia e criaram pressão sobre o câmbio e a taxa de juros. Apesar de considerar a crise energética séria, Fraga disse que o ajuste na taxa de juros, de 1,5% ao ano, está em um pa-

tamar inferior ao verificado em crises anteriores. Mesmo com a crise, ele observou que o Produto Interno Bruto (PIB) continua crescendo e que a perspectiva é de que a inflação passe de 4% para 5,5% em 2001.

– Há um avanço com relação ao cenário anterior. Mas não podemos descansar, temos que tirar o país da categoria de alto risco. O desenvolvimento é incom-

patível com a taxa de juros, que espelha uma situação de risco altíssimo. Acreditamos que o país pode mudar para uma situação de baixo risco, por meio do binômio transparência e responsabilidade na administração das contas públicas – afirmou o presidente do BC.

O presidente do BC, Armínio Fraga, disse não ver a hora de a Justiça concluir as apurações sobre o caso Marka e FonteCindam, a fim de encerrar a situação de desconforto vivida hoje pelo BC diante do caso. Negou, contudo, ter tido conhecimento, antes do episódio, de algo que manchasse a reputação de Francisco Lopes, ex-presidente do BC, de quem partiu a operação de socorro aos bancos, um deles de propriedade de Salvatore Cacciola, fugitivo da Justiça brasileira e residente na Itália.

Armínio Fraga procurou isentar Tereza Grossi de qualquer responsabilidade no caso, ressaltando que, após exaustivas investigações, a Polícia Federal decidiu não indiciá-la. Por isso, explicou, ela foi promovida de chefe interina do Departamento de Fiscalização para o cargo de diretora. Tereza limitou-se a levantar dados pedidos pela diretoria sobre o Marka junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros, afirmou Fraga.

– Em momento nenhum me senti pressionada a fazer qualquer coisa. Tomei as providências necessárias. Não havia nenhuma pressão além do nervosismo pelo qual o país passava – afirmou a diretora do BC. Ainda assim, Fraga e Tereza Grossi admitiram ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que nem todos os fatos revelados pela reportagem da revista são falsos. A diretora observou, entretanto, que números indicados pela revista como sendo de contas-correntes são apenas códigos de identificação de instituições financeiras no exterior.

– Há um avanço com relação ao cenário anterior. Mas não podemos descansar, temos que tirar o país da categoria de alto risco. O desenvolvimento é incom-



Paulo Hartung indagou sobre reflexos da crise

O que eles disseram

“

Nunca falei que conhecia alguém que viu o Cacciola chantagear, como disseram os jornais.

– Eduardo Suplicy (PT-SP), explicando que conhece alguém que soube que bancos de investimento pagavam por informações privilegiadas.

A senhora não quer me ouvir aqui. Pois eu a convido para ir tomar um café comigo, no meu gabinete, onde poderemos conversar melhor.

– Armínio Fraga, presidente do Banco Central, para a senadora Heloisa Helena (PT-AL).

No fim da tarde, a pedido da diretoria, recebi o Cacciola e ele me disse: 'Estou quebrado'.

Liguei para a BM&F e eles confirmaram as posições vendidas.

– Tereza Grossi, diretora de Fiscalização do Banco Central.

É lamentável que matérias desse tipo durmam nas gavetas da Justiça.

– Pedro Simon (PMDB-RS), sobre a demora da Justiça na apuração do caso do socorro concedido pelo BC ao Marka e FonteCindam.

Não viemos aqui fazer a Santa Inquisição.

– Senador Romero Jucá (PSDB-RR), dirigindo-se a Tereza Grossi e Armínio Fraga, na reunião de ontem da CAE.

”

Governo foi imprevidente, afirma José Alencar

Em audiência pública na CI, diretor da Aneel reconhece que “a situação é crítica” e defende implementação de novas fontes de energia. Presidente do ONS prevê que racionamento poderá durar até 2003

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Alencar (PMDB-MG), acusou o governo de



ser o principal responsável pela crise energética que toma conta do país. Para ele, o Executivo foi “imprevidente” ao não detectar, ao longo dos últimos anos, uma possível falta de energia elétrica, além de deixar de construir novas linhas de transmissão. “Mas mesmo assim é preciso que todos vistam a camisa do Brasil para minimizar o problema, que classifiquemos de grave”, afirmou o senador.

José Alencar fez esse desabafo ao abrir a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura destinada a debater a crise energética, que reuniu especialistas do setor. O primeiro a falar foi o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo. Ele reconheceu que a “situação é crítica” e não atribuiu o racionamento apenas ao pequeno período chuvoso verificado no biênio 2000/2001, apesar de observar que durante os últimos cinco meses o nível pluviométrico ficou abaixo da média.

Para o diretor-geral da Aneel, a crise energética, que desembocou no programa de racionamento, é de natureza estrutural, ou seja, passa pela redução de investimentos em hidrelétricas, falta de criação de fontes alternativas de energia e ausência de novas linhas de transmissão. Como exemplo,

José Mário Abdo informou que entre 1988 a 1995 não foi realizada nenhuma licitação para novas concessionárias de

energia elétrica.

O diretor-geral da Aneel entende que sem a abertura de novas concessões é praticamente impossível o setor energético voltar à normalidade. Mas mesmo com a abertura de novas licitações, ele acha difícil o país equilibrar a oferta e a demanda de energia elétrica nos próximos anos, já que não houve investimento no setor na última década, o que sufocou, segundo ele, todo o sistema.

LICITAÇÕES

José Mário Abdo adiantou que ainda este mês serão abertas licitações para três novas linhas de transmissão e construção de nove usinas hidrelétricas. Ele pregou a implementação de novas fontes de energia, entre as quais a eólica e termelétricas a gás.

O mesmo pensamento tem o presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS), Mário Fernando Santos, que também tomou parte da audiência pública. Segundo ele, o remédio para o país sair da crise é “obra, obra e mais obra”. Defendeu maiores investimentos na construção de linhas de transmissão, construção de usinas hidrelétricas e fontes alternativas, principalmente termelétricas, além da criação de grandes reservatórios de água. E previu que o racionamento deverá se prolongar até 2003.



José Mário Abdo anunciou que ainda este mês serão abertas licitações para três novas linhas de transmissão e nove hidrelétricas



Presidente da CI, José Alencar (C) critica o Executivo, mas lembra ser preciso que “todos vistam a camisa do Brasil”

Paulo Souto questiona reajuste de tarifas

Durante a audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre a crise energética, realizada ontem, o senador Paulo Souto (PFL-BA) questionou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, sobre a existência de previsão de reajuste tarifário anual de 25% para o setor. Abdo descartou esse índice de majoração em 2002, mas admitiu que, com a perspectiva de liberação dos mercados de energia, há tendência de ocorrerem reajustes regulares a partir de 2003.

“Se é preciso fazer reajustes, é importante fazê-los de forma gradual”, apelou Souto. O dirigente da Aneel considerou fundamental para controlar os índices de aumento a oferta de energia elétrica superar a demanda e a adoção de uma política tarifária progressiva, submetida a revisões periódicas. Ao defender incentivos à geração de energia, José Mário Abdo lembrou que o Ministério de Minas e Energia deve anunciar em breve programa para ampliação da oferta, que prevê investimentos em térmicas, fontes alternativas, linhas de transmissão e hidrelétricas.

Paulo Souto também se queixou da falta de plano

de contingência pronto para o combate à crise energética e do impasse em torno do preço do gás natural no mercado, o que estaria atrasando a implantação das termelétricas. Ainda em relação às termelétricas, o senador baiano revelou-se preocupado com a situação dos empresários da área quando as hidrelétricas tiverem recuperado sua capacidade de geração de energia. Seu receio é justificado pelo fato de a energia térmica ser mais cara que a hídrica.

IMPACTO

Já o presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), mostrou-se apreensivo quanto aos efeitos da crise energética sobre as tarifas cobradas das indústrias que consomem muita energia. O diretor-geral da Aneel admitiu que o impacto tarifário vai atingir tanto os novos consumidores industriais quanto os beneficiados por contratos com tarifas subsidiadas.

“Esses contratos vencem em 2004 e, para baratear o custo da energia e manter a competitividade, essas indústrias terão de investir na autoprodução, construindo suas próprias usinas”, alertou Abdo.

Por sugestão do pesquisador Bautista Vidal, os especialistas do setor energético ligados à Universidade de São Paulo, Ildo Sauer, e à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luís Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, foram convidados a fazer suas intervenções durante a audiência pública conjunta da CI com a Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia. A reunião foi convocada para que o presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, ministro Pedro Parente, e o ministro de Minas e Energia, José Jorge, prestassem ontem à tarde esclarecimentos sobre o plano de racionamento de energia.

Paulo Souto: “Se é preciso fazer reajustes, é importante fazê-los de forma gradual”



Apagão pode ser evitado, diz Pedro Parente

Ministro considera que, se chover dentro da média histórica e plano de racionamento for bem-sucedido, país estará livre do risco de falta generalizada de eletricidade, embora governo se prepare para enfrentar o pior



O sucesso do plano de racionamento de energia e uma quantidade de chuvas de acordo com a

média histórica serão suficientes para praticamente livrar o país do apagão, informou o ministro-chefe do Gabinete Civil e presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, Pedro Parente, em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado e pela comissão especial de Energia do Congresso. No entanto, o ministro disse que o governo está se preparando para evitar os transtornos provocados por uma falta generalizada de eletricidade.

Segundo Parente, dados do Operador Nacional do Sistema (ONS) indicam que pelo menos 75% das chuvas registradas nos últimos 70 anos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e 56%, no Nordeste devem ser suficientes para afastar a possibilidade de colapso do sistema. Dados preliminares apontam 83% da média histórica de chuvas, no Sudeste e no Centro-Oeste, e 64%, no Nordeste.

De acordo com o diretor do ONS, Mário Santos, a Câmara de Gestão deverá aprovar o início do plano de racionamento de 20% para a Região Norte, a partir de 15 de julho. A Região Sul, onde já há uma economia voluntária de 7% desde o início da crise, estará livre do racionamento, pois não há condições técnicas de transmitir o excedente de energia para



Parente informa que governo apresentará relatório com impacto do racionamento

as outras regiões do país.

Pedro Parente foi questionado pelos parlamentares sobre as consequências da crise para a economia. Ele disse que o governo vai apresentar no fim do mês relatório com o impacto do racionamento na inflação, nos níveis de emprego e nas exportações. Se o resultado for negativo, o governo adotará medidas compensatórias.

Outra questão levantada foi sobre quando o governo tomou conhecimento do problema. O deputado Fernando Ferro (PT-PE) apresentou relatório do qual constava o nome do ministro, datado de setembro de 2000, e que alertava para a situação crítica dos reservatórios das usinas. Parente negou que tenha assinado o relatório do Conselho Nacional de Política Energética. O ministro de Minas e Energia, José Jorge, disse que somente no dia 26 de abril o Operador Nacional do Sistema divulgou que seria necessário um racionamento de 15% no consumo de energia.

Jucá: sociedade ajuda a encontrar caminhos

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), elogiou ontem a participação da sociedade e a mobilização dos meios de comunicação, por terem ajudado o governo a buscar caminhos mais aceitáveis para o racionamento de energia. Segundo ressaltou,



Romero Jucá afirma que engajamento permitiu amenizar medidas

grças a esse engajamento, o presidente Fernando Henrique pôde amenizar as medidas inicialmente

propostas, relativas às sobretaxas incidentes sobre o consumo de energia elétrica e aos cortes de fornecimento.

Jucá lembrou que o consumidor que reduzir o gasto de energia em 20% ficará livre de sobretaxa, quando antes a pagaria mesmo atingindo a meta de redução, e

que os cortes no fornecimento só ocorrerão após um segundo descompromimento da meta.

Heloísa propõe debate com especialistas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a participação dos professores universitários Luiz Pinguelli Rosa, Ildo Sauer e Maurício Tolmaschin, especialistas no setor energético, na audiência pública com os ministros José Jorge, de Minas e Energia, e Pedro Parente, da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Os professores vieram ao Senado há duas semanas para debater o tema, mas o governo não enviou representantes para o encontro, conforme solicitava o requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES).

— O povo quer diagnósticos e soluções concretas e para isso é fundamental ouvir personalidades que se dedicam a estudar o tema — argumentou a senadora.

A proposta de Heloísa Helena não foi aprovada. Hartung disse que o objetivo do requerimento era estabelecer o contraditório sobre o assunto.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), garantiu que o Executivo está disposto a ouvir as sugestões da sociedade e dos especialistas, mas disse que a pauta da reunião, que previa a participação apenas dos ministros, deveria ser respeitada.

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador José Alencar (PMDB-MG), ressaltou a contribuição que pode ser dada pelos especialistas na área. Ele convidou os professores para assistirem à audiência.



Heloísa Helena: "O povo quer diagnósticos e soluções concretas"

José Jorge: investimentos garantem oferta de energia

O esforço governamental para superar a crise de energia deverá ser centrado, a curto prazo, na determinação de que os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam prioritariamente destinados ao financiamento do setor



José Jorge: recursos do BNDES para financiar o setor elétrico

elétrico, o que será estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Essa iniciativa virá acompanhada de revisão atualizada do plano decenal do Ministério de Minas e Energia para o setor de energia, com base numa ampla discussão de metas envolvendo o Executivo e o Legislativo.

As informações foram dadas ontem, pelo ministro de Minas e Energia, José Jorge, na reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Senado, e da comissão mista que estuda as causas da crise de abastecimento de energia.

José Jorge adiantou que, com a aprovação do Programa Estratégico Emergencial, em desenvolvimento pela Câmara de Gestão da Crise

de Energia, entre os anos de 2001 e 2003, o país deverá aumentar sua capacidade instalada — que hoje está em 73 mil megawatts (mw) — em quase 20 mil megawatts. Isso deverá ocorrer porque devem entrar em operação diversas usinas hidrelétricas e termelétricas, haverá

um aumento na importação de energia de países da América Latina de 2.770 mw, e ainda serão construídos mais de 5 mil quilômetros de linhas de transmissão.

José Jorge disse que, como parte da estratégia governamental de reverter todo o processo de investimentos no setor energético, serão analisadas as seguintes questões: o risco cambial, pois há a flutuação do dólar, e as importações de gás e energia de outros países são feita na moeda americana; revisão da política tarifária; linhas de financiamento pelo BNDES para construção de novas usinas, e a redução de tributos para incentivar a aquisição de equipamentos mais econômicos no consumo de energia.

Ministro conta com recursos do Orçamento

Ao responder a pergunta da senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre como o governo pretende alocar recursos orçamentários para garantir a expansão do setor energético, o ministro José Jorge informou que já manteve contato com a relatora do Orçamento para 2002, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), com o objetivo de assegurar que os investimentos governamentais sejam prioritariamente destinados ao setor de energia elétrica. Ele acrescentou que serão requeridas suplementações orçamentárias para o seu ministério, ainda este ano, para dar continuidade às obras.

Quanto ao modo de o governo regular o Mercado Atacadista de Energia (MAE), em resposta ao senador Paulo Hartung (PPS-ES), o ministro disse que o assunto está sendo reestudado, e que, em médio

prazo, serão feitas alterações no funcionamento do MAE. José Jorge explicou que o MAE opera há apenas três anos e que somente debates e sugestões como os feitos pela comissão especial mista criada no Congresso poderão aprimorar seu funcionamento.

Ao senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que indagou como o governo explica uma capacidade energética instalada de 75 mil mw, mas nos horários de pico atinge somente 55 mil mw, portanto, não chega ao consumo total, José Jorge respondeu que é como se ter um automóvel, mas não dispor de gasolina para acioná-lo. Em resposta a Sebastião Rocha (PDT-AP), sobre a situação energética da região Norte, o ministro José Jorge afirmou que "hoje está bem melhor que as restantes do país".

CAE discute com Ermírio privatização no setor

“Se os investidores estrangeiros comprarem usinas prontas, é para ficarem paradinhos, especulando”, afirma o industrial no debate que contou com a presença, também, do secretário nacional de Energia

A privatização de empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica como Furnas e Copel (Paraná) encontra resistências entre os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se manifestaram ontem em debate sobre o assunto. Defendida pelo secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henriques Moreira Santos, a privatização foi contestada pelos senadores Roberto Freire (PPS-PE), Paulo Hartung (PPS-ES), Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR).

O debate realizado com Henriques e o empresário Antonio Ermírio de Moraes teve o objetivo de fornecer subsídios ao senador José Agripino (PFL-RN), relator do projeto de lei que proíbe a venda das geradoras e distribuidoras a particulares, apresentado por Roberto Freire. Antonio Ermírio, que além de industrial é dono de geradoras privadas, defendeu a manutenção das empresas estatais do setor nas mãos do governo. Ele acredita que o capital privado deve investir na construção



Ermírio ao lado de Alcântara, presidente da CAE, contesta a venda das geradoras e transmissoras

de novas usinas, especialmente as termelétricas movidas a gás.

– Se os investidores estrangeiros comprarem usinas prontas é para ficarem paradinhos, especulando. De especuladores esse país já está cheio – disse Ermírio, que se recusa a vender energia de suas geradoras no atacado, em face da falta desse insumo, preferindo utilizar a geração para a fabricação de produtos como o alumínio.

Para Henriques, a inversão de capital estrangeiro na construção de novas usinas só se viabilizará se os investidores se sentirem seguros. Esta segurança seria propiciada pela compra de um negócio por meio do qual pudessem iniciar suas operações no país.

– Entregar empresas ao capital estrangeiro financiadas pelo

BNDES a juros internacionais (mais baratos) é um caso de polícia – protestou Requião.

O senador José Agripino inquiriu Henriques não só sobre a viabilidade da privatização, como também sobre a adequação dos investimentos nas empresas. O secretário de Energia não forneceu com clareza os dados relativos aos investimentos no setor de energia elétrica, mas admitiu que os recursos públicos diminuíram, embora na soma com o setor privado o volume tenha aumentado. Ele citou avanços, como a construção da linha de transmissão norte e sul, e atrasos como o do parque de termelétricas, que mal saiu do papel, além de ações de cunho ambiental que paralisaram a construção ou a geração de muitas usinas.

CRE aprova indicação para direção da Abin

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) apreciou e votou favoravelmente à indicação, pelo presidente da República, de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para o cargo de diretora-geral



Marisa Del'Isola, ao lado dos senadores Jefferson Péres e João Alberto, foi sabatinada pela Comissão de Relações Exteriores

da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A indicação ainda depende da aprovação do Plenário do Senado. Antes de passar pela sabatina, Marisa fez um histórico da área de informação no Brasil até a recente criação da Abin e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Segundo ela, a Abin é um órgão típico de Estado, imparcial e à disposição dos sucessivos governos.

– Adaptada aos novos tempos, a Abin, portanto, busca fortalecer a capacidade de autopreservação

do estado democrático de direito, apoiada no respaldo popular conferido por meio dos representantes no Congresso Nacional que aprovaram a sua lei de criação, cujas importantes inovações são inéditas na história da inteligência federal nacional – afirmou.

Marisa destacou o estabelecimento de parâmetros para a atividade, por meio da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo presidente da República e executada sob supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) do

Conselho de Governo, além do controle e da fiscalização externos pelo Poder Legislativo, que tem a prerrogativa de examinar e sugerir modificações à Política Nacional de Inteligência antes de sua aprovação pelo presidente da República, e de acompanhar sua execução pela Abin.

A CRE ainda aprovou a indicação do diplomata Pedro Luiz Carneiro de

Mendonça para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de embaixador junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar. Outra indicação aprovada foi a do embaixador Elim Saturnino Ferreira Dutra, que já comanda a embaixada brasileira no Reino da Suécia, para acumular o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Letônia. As indicações dependem de aprovação pelo Plenário do Senado.

Para Jader, Banpará é “caso encerrado”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que continua considerando como caso encerrado, desde o pronunciamento do Banco Central em 1992, seu suposto envolvimento em irregularidades que teriam ocorrido no Banpará.

– Fui excluído deste caso pelo Banco Central desde maio de 92 – afirmou o senador.

Jader reiterou que não pretende adotar nenhuma providência sobre o assunto e considerou “uma plantação ridícula” a denúncia a respeito da liberação de ver-

bas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para um projeto de criação de rãs de sua esposa, Márcia Cristina Zaluth Centeno. Ele aproveitou a oportunidade para desmentir versões divulgadas pela imprensa e esclarecer que o ranário efetivamente entrou em produção.

O senador esclareceu ainda que não estava envolvido nas conversas sobre reforma ministerial e pediu aos jornalistas que procurassem as lideranças do PMDB para falar sobre o assunto.



SENADOR RECEBE CONFEDERAÇÃO ISRAELITA

O senador Jader Barbalho concedeu audiência, ontem, ao presidente da Confederação Israelita do Brasil, Jack Leon Terpins (foto), que formulou convite para visita à sede da entidade, em São Paulo.



DIRIGENTE CHINÊS VISITA O SENADO

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem Ismail Amat, membro do Conselho de Estado da República Popular da China e responsável pelas minorias étnicas naquele país. A audiência faz parte do roteiro de visita oficial do dirigente chinês ao Brasil.



Para Maldaner, o Congresso não pode se ausentar da discussão sobre o PET

Maldaner defende manutenção do Programa Especial de Treinamento

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a manutenção e reestruturação do Programa Especial de Treinamento (PET) para que retome as características e objetivos que tinha em 1995. "Orientado, fundamentalmente, à tarefa de aprimorar os cursos de graduação, o programa sofre ameaças de extinção, embora comprovada a sua excelência", afirmou, destacando que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou no ano passado moção encaminhada ao presidente da República e ao ministro da Educação, entre outras autoridades, a favor do PET.

Até o ano 2000, segundo o senador por Santa Catarina, o programa era aplicado em 59 instituições de ensino superior de todo o país, totalizando 314 grupos de trabalho com atuação nas áreas do conhecimento científico e tecnológico. Ele ressaltou que o PET objetiva contribuir para o aperfeiçoamento de estudantes universitários dos cursos de graduação e pós-graduação por meio de treinamento avançado e sob a orientação de tutores das próprias universidades.

Os alunos que ingressam no programa, mediante seleção, apro-

fundam seus conhecimentos na área escolhida e são introduzidos nos ambientes de pesquisa científica, assim obtendo formação completa e mais aperfeiçoada — explicou Casildo Maldaner.

Ao ter sua administração transferida para a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), avaliou o senador, o PET passou a enfrentar problemas, como o atraso superior a seis meses no pagamento dos bolsistas e a falta de remuneração para os professores, mesmo o Congresso tendo aprovado verba para essa finalidade.

Casildo Maldaner acrescentou que a Sesu também modificou as características do programa, baixando de 12 para sete o número de bolsistas, reduzindo os recursos previstos e fixando em um ano o tempo de duração das bolsas, antes renovadas periodicamente de acordo com o desempenho acadêmico.

Tentou-se decretar o encerramento do PET no fim de 1999, após a fracassada iniciativa de substituí-lo por um novo programa de característica diversa — lembrou, alertando que o Congresso não pode se ausentar da discussão do tema.

CE aprova melhor alimentação para gestantes carentes

Substituto de Hugo Napoleão a projeto da Câmara objetiva também estimular a regionalização da produção de alimentos

A Comissão de Educação aprovou ontem substitutivo do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) a projeto da Câmara que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA). A proposta, que agora vai a Plenário, tem a finalidade de estimular a regionalização da produção alimentícia e viabilizar a melhoria da alimentação das gestantes carentes e crianças de zero a cinco anos, segundo o relator.



Napoleão alterou o projeto para evitar inconstitucionalidade

Napoleão informou que o projeto original previa também a criação do Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai), pelo qual a merenda escolar seria ampliada para atender às gestantes e às crianças em idade pré-escolar. Mas ele entendeu que, se mantivesse o Pronai, a matéria poderia ser considerada inconstitucional, pois a atribuição para instituir um programa desse tipo é

do presidente da República.

Napoleão acolheu parcialmente emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP), que amplia de quatro para cinco anos a idade limite para o atendimento das crianças pelo FNA. Ele lembrou que o projeto original previa que a idade limite das crianças beneficiadas seria sete anos. No entanto, na Comissão de Assuntos Sociais, esse limite havia caído para quatro anos, conforme parecer de Geraldo Althoff (PFL-SC). Crianças de quatro a seis anos que freqüentam a pré-escola já recebem a merenda.

Mozarildo quer mais professores para Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou contra iniciativa do Ministério da Educação de autorizar a contratação de apenas oito professores pela Universidade Federal de Roraima, enquanto o pedido do reitor era de 120. A instituição tem 5 mil alunos.

Na opinião de Mozarildo, o governo federal, que autorizou a contratação de 2 mil professores em todo o país, deveria priorizar as universidades dos estados mais pobres. O senador pediu que o ministro Paulo Renato Souza reveja a decisão e priorize as universidades mais novas, sem esquecer as maiores.

A Universidade Federal de Roraima foi implantada em 1990, está começando sua vida. Com essa atitude, o ministério prejudica quem mais precisa de ajuda. Assim, o pobre ficará cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico — afirmou.

Em aparte, Mauro Miranda (PMDB-GO) associou-se a Mozarildo, frisando que a situação é semelhante em Goiás. "É impressionante o descaso com a universidade federal", disse. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a universidade pública deve ser padrão de ensino e por isso precisa ser valorizada.



Mozarildo Cavalcanti diz que atitude do ministério "prejudica quem mais precisa de ajuda"

Informática pode se tornar matéria obrigatória

A inclusão da matéria Informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, conforme parecer favorável do senador Nilo Campos (PSDB-RJ) a proposta originária da Câmara dos Deputados que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Agora a matéria será apreciada em Plenário.

Apesar de o estudo da informática estar previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e no ensino fundamental, a partir da 5ª série, Nilo Campos concordou que a inclusão nos currículos do ensino fundamental e do ensino mé-



Nilo Campos deu parecer favorável à proposta

dio deveria ser explicitada na LDB.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que "talvez não seja de bom alvitre tornar a Informática matéria compulsória", mas opinou que, no Brasil, não há como qualificar a população para participar do desenvolvimento sem introduzir essa disciplina no ensino fundamental e médio.

A CE também aprovou parecer do senador Fernando Matusalém (PPB-RO), favorável à mudança do nome do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Projeto de Álvaro institui o Dia do Cientista Social

Projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que institui o Dia Nacional do Cientista Social, a ser comemorado anualmente em 22 de julho, tramita na Comissão de Educação, em decisão terminativa, tendo a senadora Marina Silva (PT-AC) como relatora. A data, explicou o senador, é o dia do nascimento do sociólogo Florestan Fernandes.

Álvaro Dias ressaltou que, a par de sua atividade intelectual — em que sempre se ocupou com a superação das desigualdades sociais —, Florestan Fernandes exerceu, com

igual competência, mandato de deputado federal.

O senador lembrou que a Sociologia vem aperfeiçoando seus métodos de estudo e compreensão da realidade, contribuindo no campo político e cultural, com destaque na interpretação das relações sociais e no diagnóstico de importantes questões nacionais.



Álvaro Dias propõe homenagem a Florestan Fernandes

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Althoff e o pediatra Máiron Lima falam sobre o alimento infantil
7h30 — *Entrevista* — O sen. Lindberg Cury fala sobre a microempresa
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — A violência — Parte 1
9h — Comissão de Assuntos Sociais — Apreciação de projetos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública sobre privatização do setor elétrico com Afonso Henrique dos Santos (secretário de Energia do MME) e Antonio Ermirio de Moraes (presidente da Votorantim/Fiesp) (gravado)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do

Senado

21h30 — Comissão de Educação — Audiência pública sobre programação das emissoras de TV e concessões de rádio, com vários convidados, entre eles Alexandre Jobim (Abert) e Jarbas Valente (Anatel). Pauta na prancheta (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Suassuna cobra ação urgente contra fome e seca

Dizendo-se revoltado com a acusação de que senadores não trabalham, representante da Paraíba conclama imprensa a acompanhá-lo em viagem às regiões afetadas e adverte que “há pessoas morrendo de fome”

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para a grave seca que está atingindo o Nordeste como um todo e a Paraíba em especial. Cerca de 120 municípios paraibanos foram classificados como em estado de calamidade pública e



Ney Suassuna: em Curimatá, três plantios fracassaram

outros 80, como em estado de emergência. Ele pediu a adoção de medidas urgentes para diminuir o quadro de fome e endividamento que afeta aquela área.

Dizendo-se revoltado com a acusação de que os senadores não trabalham, imagem veiculada em matérias jornalísticas, Suassuna conclamou a imprensa a acompanhá-lo nos périplos que normalmente realiza pelas regiões afetadas pela seca. Ele foi a São Paulo nessa segunda-feira para encontros com vários diretores de jornais e revistas, na tentativa de sensibilizá-los para o drama dos nordestinos.

— Ninguém liga mais para a seca, mas é preciso lembrar que há pessoas morrendo de fome. A indústria da seca é coisa do passado — disse Suassuna.

No último fim de semana, o senador chegou a João Pessoa na sexta-feira à noite, tendo se reunido logo depois com um grupo numeroso de prefeitos. Na manhã seguinte, depois de outra reunião, seguiu para a cidade de Cabaceiras, na região do Cariri, onde os habitantes nada estão conseguindo produzir com a agricultura, sobrevivendo do que bodes e cabras produzem em carne, couro e leite.

No mesmo dia, o senador e sua comitiva estiveram no município de Uiraúna para a inauguração de uma barragem com capacidade para 42 milhões de metros cúbicos de água, “quando chover”. No domingo, visitaram Curimatá, região em que, iludidos por chuvas passageiras, os sartejeiros fizeram três plantios, todos frustrados. Quem não utilizou recursos próprios está endividado e precisaria de moratória.

BUROCRACIA

Suassuna afirmou ter ouvido do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, titular da Comissão Ministerial do Combate à Seca, que a burocracia está atrapalhando o cumprimento de algumas decisões, entre estas o envio de carros-pipa às áreas atingidas.

Em aparte, o senador Nova da Costa (PMDB-AP) lamentou que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) esteja sendo desativada, sem que outro órgão assuma efetivamente as suas funções. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que não acredita que as ações de Jungmann darão resultado, a julgar pelo trabalho que o ministro vem fazendo no setor da reforma agrária.

Já Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) chamou atenção para a falta de um projeto nacional capaz de integrar as regiões e observou que o estado do Tocantins tem água em abundância que poderia servir ao Nordeste, com as obras necessárias.

Criada comissão para acompanhar ajuda

O Senado decidiu criar comissão especial para acompanhar as ações de minoração dos efeitos da seca que sacrifica o Nordeste. Integrarão a comissão os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Heloísa Helena (PT-AL).

Autores, com Francelino Pereira (PFL-MG), do requerimento de constituição da comissão, os três senadores apresentaram o pedido no início da sessão. Por entender que a matéria envolvia assunto de calamidade pública, o presidente da Casa, Jader Barbalho, submeteu a matéria imediatamente à deliberação do Plenário, e designou os integrantes da comissão.

Na mesma sessão, foi aprovado requerimento da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) para que a hora do expediente da sessão do dia 4 de outubro seja destinada a comemorar o aniversário de 500 anos da passagem de Américo Vesúpcio pelo Rio São Francisco.

Marina exige uso inteligente de recursos naturais

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi comemorado ontem sob a égide do racionamento de energia elétrica, que começou nesta semana. A coincidência, segundo afirmou a senadora Marina Silva (PT-AC) no Plenário, é apropriada, por revelar a crise de energia como indicador da falta de pensamento estratégico do governo, que, por sua vez, está exemplificada na política de meio ambiente. De acordo com a senadora, o governo não tem um projeto efetivo de desenvolvimento.

— Um projeto consistente deveria necessariamente estar baseado no uso inteligente de nosso incomparável patrimônio de recursos naturais para garantir energia, comida, emprego e crescimento. Ao contrário, tratando nossos problemas de desenvolvimento como partes estanques e tendo como guia as imposições do FMI, o governo fez o país desembocar de modo traumático nessa crise de



Para Marina, país deve cuidar melhor do patrimônio natural

energia — afirmou.

Marina disse que é preciso reconhecer que a matriz energética brasileira está baseada nas fontes hidráulicas, que respondem a 86% do consumo de energia. Ela frisou que isso deveria obrigar o país a cuidar melhor do seu patrimônio, combatendo os desmatamentos e procurando diversificar a matriz energética com base em recursos abundantes, como a exposição solar, os ventos, a biomassa e o biogás.

Essas e outras propostas foram sugeridas pela senadora aos membros da Câmara de Gestão da Crise

de Energia. Para Marina, deve-se promover aumento emergencial dos investimentos na pesquisa de fontes alternativas e reforçar a pesquisa aplicada e a construção de plantas experimentais.

Ela sugeriu investimentos em alternativas permanentes de redução do

consumo de energia elétrica, como a co-geração nas grandes unidades consumidoras e a prática generalizada da chamada conservação de energia. Disse ser fundamental que as diferenças regionais sejam observadas nesse momento, que a redução linear de 20% no consumo tenha justificativa técnica mais clara e que se criem Câmaras de Cidadania para avaliação coletiva das diferenças de situação entre os cidadãos.

Marina condenou o fato de o presidente George W. Bush ter declarado que os EUA não assumirão os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto para a redução do efeito estufa. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, aplaudiu o discurso de Marina.

Tebet anuncia acordo com o BID para defesa do Pantanal

A assinatura de um contrato entre o governo federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a financiar o desenvolvimento sustentável da região do Pantanal, foi anunciada ontem em Plenário pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele informou que serão aplicados US\$ 82,5 milhões no gerenciamento e na conservação dos recursos naturais da Bacia do Alto Paraguai, dentro do Programa Pantanal, que irá incentivar atividades econômicas compatíveis com o ecossistema e promover as condições de vida da população da região.

— O Brasil quer crescer respeitando a natureza e a vida. A defesa do meio ambiente é a defesa dos direitos humanos; ela deve contribuir para eliminar as dife-

renças entre as regiões mais ricas e as mais pobres do mundo e para que aqui no Brasil tenhamos, também, uma situação menos injusta — afirmou Ramez Tebet.

O senador ressaltou a importância do evento lembrando a comemoração, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente. Para Ramez Tebet, a questão do meio ambiente é vital para o mundo e não tem sido discutida dentro de uma perspectiva mais realista. Ele lembrou que os países ricos são os que mais contribuem para a degradação do meio ambiente e, no entanto, tentam impor regras que só devem ser obedecidas pelos países pobres.

As ações do Programa Pantanal, informou Tebet, atingirão 40 municípios situados na região do Pantanal. No estado de Mato Gros-



Ramez Tebet: “O Brasil quer crescer respeitando a natureza e a vida”

so do Sul serão beneficiados 1,1 milhão de habitantes, além da população de 39 aldeias indígenas. Nove municípios serão atendidos com ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, o que beneficiará 305 mil famílias, a maioria de baixa renda.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou que a questão do meio ambiente faz parte da discussão dos direitos humanos. “Ofender a natureza é ofender os direitos humanos.”

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Mozarildo Cavalcanti, Amir Lando e Mauro Miranda e pela senadora Maria do Carmo Alves